# Demonstrações Contábeis Regulatórias

## Pampa Transmissão de Energia S.A.

31 de dezembro de 2021
com Relatório do Auditor Independente

**Pampa Transmissão de Energia S.A.**

Demonstrações contábeis regulatórias

31 de dezembro de 2021

Índice

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis regulatórias ..... 1

Demonstrações contábeis regulatórias auditadas

Balanço patrimonial ..... 4
Demonstração do resultado ..... 5
Demonstração do resultado abrangente ..... 6
Demonstração das mutações do patrimônio líquido ..... 7
Demonstração dos fluxos de caixa ..... 8
Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias ..... 9

Centro Empresarial PB 370
Praia de Botafogo, 370
8º ao 10º andar - Botafogo
22250-040 - Rio de Janeiro - RJ - Brasil
Tel: +55 21 3263-7000
ey.com.br

# Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis regulatórias

Aos
Acionistas e Diretores da
**Pampa Transmissão de Energia S.A.**
Rio de Janeiro - RJ

## Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da Pampa Transmissão de Energia S.A. (Companhia) que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. As demonstrações contábeis foram elaboradas pela diretoria com base no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico (MCSE), aprovado pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL por meio da Resolução Normativa no 605, de 11 de março de 2014.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com o MCSE.

## Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

## Ênfase - Base de elaboração das demonstrações contábeis regulatórias

Sem modificar nossa opinião, chamamos a atenção para a nota explicativa 3.1 às demonstrações contábeis regulatórias, que descreve a base de elaboração dessas demonstrações contábeis. As demonstrações contábeis regulatórias foram elaboradas para auxiliar a Companhia a cumprir determinação da ANEEL. Consequentemente, essas demonstrações contábeis regulatórias podem não ser adequadas para outro fim.


Uma empresa-membro da Ernst & Young Global Limited

Building a better working world

**Outros assuntos**

A Companhia elaborou um conjunto de demonstrações contábeis separado para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil sobre o qual emitimos relatório de auditoria independente separado, com data de 18 de abril de 2022.

**Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações contábeis**

A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com o MCSE e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

**Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis**

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

Building a better working world

- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Rio de Janeiro, 27 de junho de 2022.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S.
CRC-2SP015199/O-6

Ricardo Gomes Leite
Contador CRC-1RJ107146/O-1

## Pampa Transmissão de Energia S.A.

Balanço patrimonial
31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

| | Nota | 31/12/2021 | 31/12/2020 |
|---|---|---|---|
| Ativo | | | |
| Circulante | | | |
| Caixa e equivalentes de caixa | 6 | **94.340** | 180.166 |
| Impostos a recuperar | | **1.370** | 125 |
| Instrumentos financeiros derivativos | 14 | **16.260** | - |
| Outros ativos circulantes | | **123** | 197 |
| | | **112.093** | 180.488 |
| Não circulante | | | |
| Outros ativos não circulantes | | **257** | 358 |
| Ativo fiscal diferido | 8 | **36.086** | 35.713 |
| Imobilizado | 7 | **308.959** | 102.184 |
| Intangível | 7 | **9.169** | 2.071 |
| | | **354.471** | 140.326 |
| Total do ativo | | **466.564** | 320.814 |
| Passivo | | | |
| Circulante | | | |
| Fornecedores | 9 | **21.041** | 3.296 |
| Empréstimos e financiamentos | 11 | **391.210** | 253.303 |
| Impostos a recolher | | **640** | 196 |
| Partes relacionadas | 10 | **16.798** | 27.176 |
| Dividendos | 12 | **8.225** | 5.321 |
| Instrumentos derivativos | | **-** | 528 |
| Outras obrigações | | **599** | - |
| | | **438.513** | 289.820 |
| Não circulante | | | |
| Outras obrigações | | **791** | 105 |
| | | **791** | 105 |
| Patrimônio líquido | 12 | | |
| Capital social | | **1.486** | 1.486 |
| Reserva de lucros | | **24.875** | 16.163 |
| Lucros acumulados | | **899** | 13.240 |
| | | **27.260** | 30.889 |
| Total do passivo e patrimônio líquido | | **466.564** | 320.814 |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

## Pampa Transmissão de Energia S.A.

Demonstração do resultado
31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

| | Nota | 31/12/2021 | 31/12/2020 |
|---|---|---|---|
| Custos gerenciáveis | 13 | | |
| Pessoal | | **(891)** | (144) |
| Material | | **(2)** | (2) |
| Serviços de terceiros | | **(168)** | (456) |
| Aluguéis | | **(32)** | (25) |
| Outras despesas | | **(2)** | (73) |
| Resultado da atividade | | **(1.095)** | (700) |
| Resultado financeiro | | | |
| Receitas financeiras | | **-** | - |
| Despesas financeiras | | **(3)** | - |
| | | **(3)** | - |
| Resultado antes dos tributos sobre o lucro | | **(1.098)** | (700) |
| Imposto de renda e contribuição social diferido | 8 | **373** | 35.615 |
| Lucro (Prejuízo) líquido do exercício | | **(725)** | 34.915 |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

## Pampa Transmissão de Energia S.A.

Demonstração do resultado abrangente
31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

| | 31/12/2021 | 31/12/2020 |
|---|---|---|
| Lucro (Prejuízo) líquido do exercício | **(725)** | 34.915 |
| Total do resultado abrangente do exercício | **(725)** | 34.915 |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

## Pampa Transmissão de Energia S.A.

Demonstração das mutações do patrimônio líquido
31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

| | | Reserva de lucros | | | |
|---|---|---|---|---|---|
| | **Capital social subscrito** | **Reserva legal** | **Reserva de lucros a realizar** | **Lucros/ prejuízos acumulados** | **Total** |
| Saldos em 31 de dezembro de 2019 | 1.177 | - | - | (191) | 986 |
| Aumento de capital conforme AGE de 05 de março de 2020 | 309 | - | - | - | 309 |
| Lucro líquido do exercício | - | - | - | 34.915 | 34.915 |
| Destina de lucros a: | | | | | |
| Reserva legal | - | 297 | - | (297) | - |
| Dividendos mínimos obrigatórios | - | - | - | (5.321) | (5.321) |
| Reserva de lucros a realizar | - | - | 15.866 | (15.866) | - |
| Saldos em 31 de dezembro de 2020 | 1.486 | 297 | 15.866 | 13.240 | 30.889 |
| Lucro líquido do exercício | **-** | **-** | **-** | **(725)** | **(725)** |
| Destinação de lucros a: | | | | | |
| Dividendos mínimos obrigatórios | **-** | **-** | **-** | **(2.904)** | **(2.904)** |
| Reserva de lucros a realizar | **-** | **-** | **8.712** | **(8.712)** | **-** |
| Saldos em 31 de dezembro de 2021 | **1.486** | **297** | **24.578** | **899** | **27.260** |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

## Pampa Transmissão de Energia S.A.

Demonstração dos fluxos de caixa
31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

| | 2021 | 2020 |
|---|---|---|
| Atividades operacionais | | |
| Resultado antes do imposto de renda e contribuição social | **(1.098)** | (700) |
| Ajustes para reconciliar o resultado do exercício ao caixa gerado pelas (utilizados nas) atividades operacionais | | |
| Juros apropriados sobre dívidas financeiras | **9.180** | 3.303 |
| Instrumentos financeiros derivativos | **(16.788)** | 528 |
| Variação cambial | **12.165** | - |
| Provisões | **6.762** | 1.879 |
| Baixa de ativo imobilizado | **40.247** | - |
| Lucro ajustado | **50.468** | 5.010 |
| Variações nos ativos e passivos: | | |
| Partes relacionadas | **(10.378)** | 27.176 |
| Adiantamentos diversos | **-** | (25) |
| Tributos a recuperar | **(1.245)** | (125) |
| Outras obrigações | **1.285** | - |
| Prêmio de seguro | **175** | 171 |
| Fornecedores | **10.983** | 1.263 |
| Tributos e contribuições sociais a recolher | **444** | 167 |
| | **1.264** | 28.627 |
| Fluxo caixa líquido originado nas atividades operacionais | **51.732** | 33.637 |
| Atividades de investimento | | |
| Imobilizado | **(247.022)** | (101.724) |
| Intangível | **(7.098)** | (2.071) |
| Fluxo de caixa líquido utilizado nas atividades de investimento | **(254.120)** | (103.795) |
| Atividades de financiamento | | |
| Integralização de capital | **-** | 309 |
| Captação empréstimos e financiamentos | **375.000** | 250.000 |
| Pagamentos de empréstimos e financiamentos | **(250.000)** | - |
| Pagamentos de juros de empréstimos e financiamentos | **(8.438)** | - |
| Fluxo de caixa líquido originado nas atividades de financiamento | **116.562** | 250.309 |
| Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa | **(85.826)** | **180.151** |
| Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício | **180.166** | 15 |
| Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício | **94.340** | 180.166 |
| Variação do saldo de caixa e equivalentes de caixa | **(85.826)** | 180.151 |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

# 1. Contexto operacional

A Pampa Transmissão de Energia S.A. ("Companhia" ou "Transmissora"), é uma sociedade anônima de capital fechado, foi constituída em 22 de novembro de 2018, está estabelecida na Avenida Presidente Wilson, 231, Sala 1703 - Centro - 20.030-021 - Rio de Janeiro - RJ.

A Companhia tem por objeto social a exploração, construção, implantação, operação e manutenção do serviço público de transmissão de energia elétrica na rede básica do Sistema Interligado Nacional e demais instalações necessárias às funções de medição, supervisão, proteção, comando, controle telecomunicação, administração, apoio e demais serviços complementares necessários à transmissão de energia elétrica. Essa atividade é regulamentada pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), vinculada ao Ministério de Minas e Energia (MME).

Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia apresenta capital circulante líquido negativo em R$326.420 (em 2020 era R$109.332 negativo), essa variação de deu pela captação de dívidas de curto prazo ao longo do ano de 2021 com o objetivo de suprir as necessidades de caixa ao longo da construção.

## 1.1. Concessão

Por meio do Contrato de Concessão do Serviço Público de Transmissão de Energia elétrica nº 13/2019 - ANEEL, datado de 22 de março de 2019, foi outorgada à Companhia a concessão de Serviço de Transmissão de Energia Elétrica pelo prazo de 30 anos, que consiste na construção, operação, manutenção e pelas demais instalações necessárias às funções de medição, supervisão, proteção, comando, controle, telecomunicação, administração e apoio dos seguintes empreendimentos no estado de Rio Grande do Sul:

(i) Linha de transmissão em corrente alternada em 525kV, entre as subestações Gravataí e Capivari do Sul, em circuito simples, com extensão aproximada de 83 km;

(ii) Linha de transmissão Guaíba 3 - Capivari do Sul em 525kV, circuito simples, com extensão aproximada de 178 km;

(iii) Linha de transmissão Viamão 3 - Capivari do Sul em 230kV, circuito simples, com extensão aproximada de 65 km;

(iv) Subestação Capivari do Sul em 525/230kV -13,8kV (6+1R) x 224 MVA e 230/138-13,8kV (2x100 MVA);

(v) Conexões de unidades de transformação, entradas de linha, interligações de barramentos, barramentos, reatores e respectivas conexões, instalação vinculadas e demais instalações necessárias às funções de medição, supervisão, proteção, comando, controle, telecomunicação, administração e apoio.

A Companhia encontra-se em fase de construção e tem previsão de entrada em operação em 22 de março de 2023.

# 1. Contexto operacional--Continuação

## 1.2. Receita Anual Permitida - RAP

O contrato de concessão assegura Receita Anual Permitida - RAP no montante R$74.721 a partir da entrada em operação das linhas de transmissão, a RAP tem por finalidade remunerar os investimentos na infraestrutura da concessão bem como os serviços de operação e manutenção da linha de transmissão.

A ANEEL promoverá a revisão da RAP em intervalos periódicos de 5 anos, contado do primeiro mês de julho subsequente à data de assinatura do contrato de concessão.

## 1.3. Encargos regulamentares

Conforme instituído pelo art.13 da lei 9.427/96, concessionárias, permissionárias e autorizados, devem recolher diretamente a ANEEL a taxa anual de fiscalização, que é equivalente a 0,4% do valor do benefício anual auferido em função das atividades desenvolvidas.

A Companhia aplicará anualmente em pesquisa e desenvolvimento, o montante de, no mínimo, 1% da Receita operacional líquida estabelecida no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico, nos termos da Lei nº 9.991/00, e na forma em que dispuser a regulamentação específica sobre a matéria.

## 1.4. Impactos do COVID-19

Desde o início da pandemia e até o momento a Companhia tem adotado medidas de monitoramento e prevenção para seus colaboradores e comunidades que atua, visando a continuidade operacional de suas linhas de transmissão, observando as recomendações das autoridades sanitárias.

A partir de outubro de 2021 os(as) colaboradores(as) do Escritório Corporativo iniciaram a retomada ao trabalho presencial na modalidade Híbrido, seguindo os protocolos de cuidados e prevenção à COVID-19, de acordo com o plano das atividades presenciais, suas principais orientações são: revezamento de colaboradores(as) em regime de escala, sendo três dias presenciais e dois em *home office* (trabalho remoto); uso obrigatório de máscaras; distanciamento nas estações de trabalho e demais ambientes (copas, banheiros) e restrições de utilização de salas de reunião enquanto perdurar o alerta contra o COVID-19.

## 1. **Contexto operacional**--Continuação

### 1.4. **Impactos do COVID-19**--Continuação

A Companhia apresenta receita previsível, reajustadas pela inflação e de longo prazo, assegurada pelos modelos regulatórios do segmento, não apresentando risco de demanda, por não depender de volume consumido de eletricidade e nem de preços de energia. Desta forma, a administração da Companhia não considera que exista risco de realização de seus recebíveis. Não houve variação significativa na inadimplência em decorrência da COVID-19 no exercício findo em 31 de dezembro de 2021.

Com base na avaliação acima, em 31 de dezembro de 2021, não foram identificados impactos significativos aos negócios da Companhia que pudessem requerer divulgação ou alteração nas premissas contábeis utilizadas nas estimativas efetuadas pela Companhia.

## 2. Setor elétrico no Brasil

O setor de energia elétrica no Brasil é regulado pelo Governo Federal, atuando por meio do Ministério de Minas e Energia (“MME”), o qual possui autoridade exclusiva sobre o setor elétrico. A política regulatória para o setor é implementada pela Agência Nacional de Energia Elétrica (“ANEEL”).

De acordo com os contratos de concessão de transmissão, a Companhia está autorizada a cobrar a TUST - tarifas de uso do sistema de transmissão. As tarifas são reajustadas anualmente na mesma data em que ocorrem os reajustes das Receitas Anuais Permitidas - RAP das concessionárias de transmissão. Esse período tarifário inicia-se em 1º de julho do ano de publicação das tarifas até 30 de junho do ano subsequente.

O serviço de transporte de grandes quantidades de energia elétrica por longas distâncias, no Brasil, é feito utilizando-se de uma rede de linhas de transmissão e subestações em tensão igual ou superior a 230 kV, denominada Rede Básica. Qualquer agente do setor elétrico, que produza ou consuma energia elétrica tem direito à utilização desta Rede Básica, como também o consumidor, atendidas certas exigências técnicas e legais. Este é o chamado Livre Acesso, assegurado em Lei e garantido pela ANEEL.

A operação e administração da Rede Básica é atribuição do Operador Nacional do Sistema Elétrico - ONS, pessoa jurídica de direito privado, autorizado do Poder Concedente, regulado e fiscalizado pela ANEEL, e integrado pelos titulares de geração, transmissão, distribuição e também pelos consumidores com conexão direta à rede básica. O ONS tem a responsabilidade de gerenciar o despacho de energia elétrica das usinas em condições otimizadas, envolvendo o uso dos reservatórios das hidrelétricas e o combustível das termelétricas do sistema interligado nacional.

# 3. Base de preparação e apresentação das demonstrações contábeis regulatórias

## 3.1. Declaração de conformidade

As demonstrações contábeis regulatórias para fins de atendimento ao órgão regulador, ANEEL, foram preparadas de acordo com as normas, procedimentos e diretrizes contidas no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico - MCSE, aprovado pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL por meio da Resolução Normativa no 605, de 11 de março de 2014.

Essas demonstrações foram preparadas em consonância com as orientações emitidas pelo Órgão Regulador para demonstrações contábeis. As demonstrações contábeis regulatórias são separadas das demonstrações financeiras societárias da Companhia.

Há diferenças entre as práticas contábeis adotadas no Brasil e a base de preparação das informações previstas nas demonstrações regulatórias, uma vez que as instruções contábeis para fins regulatórios especificam um tratamento ou divulgação diferentes em certos aspectos. Quando as instruções contábeis regulatórias não tratam de uma questão contábil de forma específica, faz-se necessário seguir as práticas contábeis adotadas no Brasil. Essas diferenças estão sumariadas na nota explicativa nº 15.

A Administração avaliou a capacidade da Companhia em continuar operando normalmente e está convencida de que ela possui recursos para dar continuidade a seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração da Companhia não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a sua capacidade de continuar operando. Assim, estas Demonstrações Contábeis Regulatórias foram preparadas com base no pressuposto de continuidade.

As demonstrações contábeis regulatórias foram aprovadas e autorizadas para emissão pela Diretoria em 27 de junho de 2022.

## 3.2. Licenças ambientais

O órgão ambiental responsável pelas licenças ambientais da Pampa Transmissão de Energia S.A é a FUNDAÇÃO ESTADUAL DE PROTEÇÃO AMBIENTAL HENRIQUE LUIS ROESSLER - FEPAM do estado do Rio Grande do Sul.

## 3. Base de preparação e apresentação das demonstrações contábeis regulatórias--Continuação

### 3.2. Licenças ambientais--Continuação

A Companhia obteve as seguintes licenças para construção dos empreendimentos, conforme quadro apresentado abaixo.

| Licenças | Empreendimentos |
|---|---|
| **LPI 43/2022** | **SE Capivari do Sul (Nova)** |
| **LPI 163/2020** | **SE Viamão 3 (Ampliação)** |
| **LPI 52/2022** | **SE Gravataí (Ampliação)** |
| **LPI 167/2020** | **SE Guaíba 3 (Ampliação)** |
| **LIER 333/2021** | **LT 230 kV Capivari do Sul - Viamão 3** |
| **LIER 382/2021** | **LT 525 kV Capivari do Sul - Gravataí** |
| **LPER 46/2022** | **LT 525 kV Capivari do Sul - Guaíba 3** |

LPI - Licença Prévia de Instalação4
LIER - Licença de Instalação EIA-RIMA.
LPER - Licença Prévia EIA-RIMA

Adicionalmente, destaca-se que para obtenção destas licenças também foram necessárias outras autorizações específicas de órgãos intervenientes, as quais já foram obtidas e suas condicionantes atendidas (ou estão em atendimento).

### 3.3. Moeda funcional e moeda de apresentação

Estas demonstrações contábeis regulatórias estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

### 3.4. Uso de estimativas e julgamentos

A preparação destas demonstrações contábeis regulatórias exige que a Administração da Companhia faça julgamentos e adote estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas e as respectivas divulgações, bem como as divulgações de passivos contingentes.

Por definição, as estimativas contábeis resultantes, raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. Desta forma, a Administração da Companhia revisa as estimativas e premissas adotadas de maneira contínua. Os ajustes oriundos no momento destas revisões são reconhecidos no período em que as estimativas são revisadas e também aplicadas de maneira prospectiva.

## 3. Base de preparação e apresentação das demonstrações contábeis regulatórias--Continuação

### 3.5. Base de mensuração

As demonstrações contábeis regulatórias foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos itens materiais reconhecidos nos balanços patrimoniais e instrumentos financeiros não-derivativos designados pelo valor justo por meio do resultado mensurados pelo valor justo, conforme demonstrado na Nota Explicativa nº 14.

## 4. Principais políticas contábeis

A Companhia aplicou de forma consistente as políticas contábeis descritas abaixo nos exercícios apresentados nestas demonstrações contábeis regulatórias.

O resumo das principais políticas contábeis adotadas pela Companhia é como segue:

### 4.1. Reconhecimento da receita

A receita operacional do curso normal das atividades da Companhia é medida pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber.

### 4.2. Receitas e despesas financeiras

A receita e a despesa de juros são reconhecidas no resultado pelo método dos juros efetivos. A Companhia classifica juros recebidos como fluxos de caixa das atividades de investimento.

### 4.3. Instrumentos financeiros

Ativos financeiros são reconhecidos inicialmente ao valor justo, acrescidos, no caso de investimentos não designados a valor justo por meio do resultado, dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à aquisição do ativo financeiro.

i) <u>Ativos financeiros não derivativos</u>

Ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado.

Em 31 de dezembro de 2021 a Companhia possuía saldo de caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários classificados a valor justo por meio do resultado.

## 4. Principais políticas contábeis--Continuação

### 4.3. Instrumentos financeiros--Continuação

ii) Ativos financeiros derivativos

A Companhia toma empréstimos em moeda estrangeira e celebra contratos de SWAP, para efetuar a troca de exposição ao Dólar mais spread por uma taxa pré-fixada em Reais. Esses derivativos não são designados como hedges, sendo celebrados por períodos consistentes com as exposições da transação em moeda.

iii) Ativo financeiro ao custo amortizado

Em 31 de dezembro de 2021 os ativos financeiros da Companhia classificados nesta categoria, compreendiam a conta concessionárias e permissionárias e é mensurado pelo custo amortizado usando o método de juros efetivo, conforme CPC 38 / IAS 39.46 (a).

### 4.4. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalente de caixa incluem dinheiro em caixa, os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez e com risco insignificante de mudança de valor, normalmente com vencimentos originais de até três meses da data de contratação. Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e não para investimentos ou outros propósitos.

### 4.5. Tributação e encargos regulatórios

A receita de prestação de serviço de transmissão está sujeita aos seguintes impostos, taxas e contribuições, pelas seguintes alíquotas básicas:

- Contribuição para Financiamento da Seguridade Social - COFINS e Programa de Integração Social - PIS, respectivamente às alíquotas de 7,60% e 1,65%;
- Taxa de Fiscalização de Serviços de Energia Elétrica - TFSEE mensal fixado pelos Despachos emitidos pela ANEEL.
- As concessionárias e permissionárias de serviços públicos de transmissão de energia elétrica estão obrigadas a destinar anualmente o percentual de 1% de sua receita operacional líquida, apurada de acordo com o dispositivo no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico (MCSE), em pesquisa e desenvolvimento do setor elétrico, conforme Lei nº 9.991/00 e Resolução Normativa Aneel nº 504/12.

Esses encargos são apresentados como deduções da receita de uso do sistema de transmissão na demonstração do resultado.

## 4. Principais políticas contábeis--Continuação

### 4.6. Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda ("IRPJ") e a contribuição social sobre o lucro líquido ("CSLL") são provisionados mensalmente obedecendo ao regime de competência e apurados conforme previsto na Lei nº 12.973, de 13 de maio de 2014. A Companhia adota o regime de lucro real estimativa mensal. O IRPJ e CSLL do exercício corrente são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescida do adicional de 10%, sobre o lucro tributável excedente de R$240 para IRPJ e 9% sobre o lucro tributável para CSLL, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real.

Os impostos correntes são os impostos a pagar ou a receber esperados sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício, às taxas de impostos determinadas ou substantivamente determinadas na data de apresentação das demonstrações contábeis regulatórias e correntes e diferidos são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados à combinação de negócios, ou itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido.

Os impostos diferidos são reconhecidos com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação. Os impostos diferidos são mensurados pelas alíquotas que se espera serem aplicadas às diferenças temporárias quando elas revertem, baseando-se nas leis que foram decretadas ou substantivamente decretadas até a data de apresentação das demonstrações contábeis regulatórias.

### 4.7. Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

A Companhia é parte de diversos processos judiciais e administrativos. Provisões são constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a contingência/obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

## 4. Principais políticas contábeis--Continuação

### 4.8. Classificação dos ativos e passivos no circulante e não circulante

A Companhia apresenta ativos e passivos no balanço patrimonial com base na sua classificação como circulante ou não circulante. Um ativo é classificado no circulante quando:

- Espera-se que seja realizado, ou pretende-se que seja vendido ou consumido no curso normal do ciclo operacional da Companhia;
- Está mantido essencialmente com o propósito de ser negociado;
- Espera-se que seja realizado até 12 meses após a data do balanço; e
- É caixa e equivalente de caixa (conforme definido no Pronunciamento Técnico CPC 03 - Demonstrativo dos Fluxos de Caixa), a menos que sua troca ou uso para liquidação de passivo se encontre vedada durante pelo menos 12 meses após a data do balanço.

Todos os demais ativos são classificados como não circulantes. Um passivo é classificado como não circulante quando:

- Espera-se que seja liquidado durante o ciclo operacional normal da Companhia;
- Está mantido essencialmente para a finalidade de ser negociado;
- Deve ser liquidado no período de até 12 meses após a data do balanço; e
- A Companhia não tem direito incondicional de diferir a liquidação do passivo durante pelo menos 12 meses após a data do balanço.

Os termos de um passivo que podem, à opção de contraparte, resultar na sua liquidação por meio da emissão de instrumentos patrimoniais não afetam a sua classificação. A Companhia classifica todos os demais passivos como não circulantes.

Os ativos e passivos fiscais diferidos são classificados no ativo e passivo não circulante.

### 4.9. Distribuição de lucros

A Companhia reconhece um passivo para pagamento de dividendos quando esta distribuição é autorizada e deixa de ser uma opção da empresa ou ainda quando previsto em Lei.

Os dividendos propostos a serem pagos e fundamentados em obrigações estatutárias são registrados no passivo circulante.

## 4. Principais políticas contábeis--Continuação

### 4.9. Distribuição de lucros--Continuação

O estatuto social da Companhia estabelece que, no mínimo 25% do lucro anual seja distribuído a título de dividendos.

Adicionalmente, de acordo com o estatuto social da Companhia, compete ao Conselho de Administração deliberar sobre o pagamento de juros sobre o capital próprio e de dividendos intermediários, que deverão estar respaldados em resultados auditados por empresa independente, contendo projeção dos fluxos de caixa que demonstrem a viabilidade da proposta.

Imposto de renda sobre os dividendos

Os dividendos pagos e recebidos entre pessoas físicas e jurídicas residentes ou não no Brasil são isentos de imposto de renda.

### 4.10. Imobilizado

i) Imobilizado em serviço

Registrado ao custo de aquisição ou construção. A depreciação é calculada pelo método linear. As taxas anuais de depreciação estão determinadas nas tabelas anexas à Resolução vigente emitida pelo Órgão Regulador. Os quais, na avaliação da Companhia, se aproximam da vida útil dos bens.

O valor residual é determinado considerando a premissa de existência de indenização de parcela não amortizada de bens pela taxa de depreciação regulatória e o prazo de vigência do contrato operado pela Companhia. O valor residual de um ativo pode aumentar ou diminuir em eventuais processos de revisão das taxas de depreciação regulatória.

O resultado na alienação ou na retirada de um item do ativo imobilizado é determinado pela diferença entre o valor da venda e o saldo contábil do ativo e é reconhecido no resultado do exercício.

## 4. Principais políticas contábeis--Continuação

### 4.10. Imobilizado--Continuação

ii) Imobilizado em curso

A Companhia agrega mensalmente ao custo de aquisição do imobilizado em curso os juros líquidos dos rendimentos sobre aplicações financeiras, as variações monetárias, e demais encargos financeiros incorridos sobre empréstimos e financiamentos diretamente atribuídos à aquisição ou constituição de ativo qualificável considerando os seguintes critérios para capitalização: (a) período de capitalização correspondente à fase de construção do ativo imobilizado, sendo encerrado quando o item do imobilizado encontra-se disponível para utilização; (b) utilização da taxa média ponderada dos empréstimos vigentes na data da capitalização; (c) o montante dos juros, as variações monetárias, e demais encargos financeiros capitalizados mensalmente não excedem o valor das despesas de juros apuradas no período de capitalização; e (d) os juros, as variações monetárias e demais encargos financeiros capitalizados são depreciados considerando os mesmos critérios e vida útil determinada para o item do imobilizado ao qual foram incorporados.

iii) Redução ao valor recuperável ("impairment")

Um ativo tem perda no seu valor recuperável se há indicação de que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados que possa ser estimado de maneira confiável. A indicação de que os ativos financeiros perderam valor pode incluir o não pagamento ou atraso no pagamento por parte do devedor, a reestruturação do valor devido à Pampa sobre condições de que a Companhia não consideraria em outras transações, indicações de que o devedor ou emissor entrará em processo de falência, ou o desaparecimento de um mercado ativo para um título.

Além disso, para um instrumento patrimonial, um declínio significativo ou prolongado em seu valor justo abaixo do seu custo pode se caracterizar como um indicativo de perda por redução ao valor recuperável. Uma redução do valor recuperável com relação a um ativo financeiro mensurado ao custo amortizado é calculada como a diferença entre o valor contábil e o valor presente dos futuros fluxos de caixa estimados descontados à taxa de juros efetiva original do ativo. As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em uma conta de provisão contra recebíveis. Os juros sobre o ativo que perdeu valor continuam sendo reconhecidos. Quando um evento subsequente indica reversão da perda de valor, a diminuição na perda de valor é revertida e registrada no resultado. A Companhia não identificou perdas ("impairment") a serem reconhecidas em nenhum dos períodos apresentados.

## 4. Principais políticas contábeis--Continuação

### 4.11. Intangível

Registrado ao custo de aquisição. A amortização é calculada pelo método linear. Os encargos financeiros, juros e atualizações monetárias incorridos, relativos a financiamentos obtidos de terceiros vinculados ao intangível em andamento, são apropriados às imobilizações intangíveis em curso durante o período de construção do intangível.

### 4.12. Mensuração do valor justo

Valor justo é o preço que seria recebido na venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação ordenada entre participantes do mercado na data de mensuração, no mercado principal ou, na sua ausência, no mercado mais vantajoso ao qual a Companhia tem acesso nessa data. O valor justo de um passivo reflete o seu risco de descumprimento

O risco de descumprimento inclui, entre outros, o próprio risco de crédito da Companhia.

Uma série de políticas contábeis e divulgações da Companhia requerem a mensuração de valores justos, tanto para ativos e passivos financeiros como não financeiros.

Quando disponível, a Companhia mensura o valor justo de um instrumento utilizando o preço cotado num mercado ativo para esse instrumento. Um mercado é considerado como ativo se as transações para o ativo ou passivo ocorrem com frequência e volume suficientes para fornecer informações de precificação de forma contínua.

Se não houver um preço cotado em um mercado ativo, a Companhia utiliza técnicas de avaliação que maximizam o uso de dados observáveis relevantes e minimizam o uso de dados não observáveis. A técnica de avaliação escolhida incorpora todos os fatores que os participantes do mercado levariam em conta na precificação de uma transação.

Se um ativo ou um passivo mensurado ao valor justo tiver um preço de compra e um preço de venda, a Companhia mensura ativos com base em preços de compra e passivos com base em preços de venda.

## 4. Principais políticas contábeis--Continuação

### 4.12. Mensuração do valor justo--Continuação

A melhor evidência do valor justo de um instrumento financeiro no reconhecimento inicial é normalmente o preço da transação - ou seja, o valor justo da contrapartida dada ou recebida. Se a Companhia determinar que o valor justo no reconhecimento inicial difere do preço da transação e o valor justo não é evidenciado nem por um preço cotado num mercado ativo para um ativo ou passivo idêntico nem baseado numa técnica de avaliação para a qual quaisquer dados não observáveis são julgados como insignificantes em relação à mensuração, então o instrumento financeiro é mensurado inicialmente pelo valor justo ajustado para diferir a diferença entre o valor justo no reconhecimento inicial e o preço da transação. Posteriormente, essa diferença é reconhecida no resultado numa base adequada ao longo da vida do instrumento, ou até o momento em que a avaliação é totalmente suportada por dados de mercado observáveis ou a transação é encerrada, o que ocorrer primeiro.

### 4.13. Demonstração de fluxo de Caixa ("DFC")

Demonstração dos Fluxos de Caixa ("DFC") A demonstração dos fluxos de caixa foi preparada pelo método indireto e está apresentada de acordo com o pronunciamento contábil CPC 03 (R2) (IAS 7) - Demonstração dos Fluxos de Caixa.

A Companhia classifica os juros pagos e os dividendos recebidos como atividade de investimento por entender que os juros representam custos para obtenção de seus recursos financeiros e os dividendos representam retorno de seus investimentos.

## 5. Normas emitidas e interpretações

### 5.1. Novas normas e interpretações

Normas emitidas e vigentes

*Alterações no CPC 06 (R2), CPC 11, CPC 38, CPC 40 (R1) e CPC 48: Reforma da Taxa de Juros de Referência*

As alterações aos Pronunciamentos CPC 38 e 48 fornecem exceções temporárias que endereçam os efeitos das demonstrações financeiras quando uma taxa de certificado de depósito interbancário é substituída com uma alternativa por uma taxa quase que livre de risco. As alterações incluem os seguintes expedientes práticos:

## 5. Normas emitidas e interpretações--Continuação

### 5.1. Novas normas e interpretações--Continuação

Normas emitidas e vigentes--Continuação

*Alterações no CPC 06 (R2), CPC 11, CPC 38, CPC 40 (R1) e CPC 48: Reforma da Taxa de Juros de Referência*--Continuação

- Um expediente prático que requer mudanças contratuais, ou mudanças nos fluxos de caixa que são diretamente requeridas pela reforma, a serem tratadas como mudanças na taxa de juros flutuante, equivalente ao movimento numa taxa de mercado.
- Permite mudanças requeridas pela reforma a serem feitas nas designações e documentações de hedge, sem que o relacionamento de *hedge* seja descontinuado.
- Fornece exceção temporária para entidades estarem de acordo com o requerimento de separadamente identificável quando um instrumento com taxa livre de risco é designado como *hedge* de um componente de risco.

Essas alterações não impactaram as demonstrações contábeis regulatórias da Companhia. A companhia pretende usar os expedientes práticos nos períodos futuros se eles se tornarem aplicáveis.

A Companhia avaliou os pronunciamentos supramencionados e não identificou impactos relevantes nas demonstrações contábeis regulatórias.

*Alterações no CPC 06 (R2): Benefícios relacionados à Covid-19 Concedidos para Arrendatários em Contratos de Arrendamento que vão além de 30 de junho de 2021*

As alterações preveem concessão aos arrendatários na aplicação das orientações do CPC 06 (R2) sobre a modificação do contrato de arrendamento, ao contabilizar os benefícios relacionados como consequência direta da pandemia Covid-19. Como um expediente prático, um arrendatário pode optar por não avaliar se um benefício relacionado à Covid-19 concedido pelo arrendador é uma modificação do contrato de arrendamento. O arrendatário que fizer essa opção deve contabilizar qualquer mudança no pagamento do arrendamento resultante do benefício concedido no contrato de arrendamento relacionada ao Covid-19 da mesma forma que contabilizaria a mudança aplicando o CPC 06 (R2) se a mudança não fosse uma modificação do contrato de arrendamento.

A alteração pretendia a ser aplicada até 30 de junho de 2021, mas como o impacto da pandemia do Covid-19 pode continuar, em 31 de março de 2021, o CPC estendeu o período da aplicação deste expediente prático para de 30 junho de 2022. Essa alteração entra em vigor para exercícios sociais iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2021.

## 5. Normas emitidas e interpretações--Continuação

### 5.1. Novas normas e interpretações--Continuação

Normas emitidas e vigentes--Continuação

*Alterações no CPC 06 (R2): Benefícios relacionados à Covid-19 Concedidos para Arrendatários em Contratos de Arrendamento que vão além de 30 de junho de 2021*--Continuação

No entanto, a norma não se aplica à Companhia por não existirem contratos de arrendamento vigentes no ano de 2021.

Normas emitidas, mas ainda não vigentes

*Alterações ao IAS 1: Classificação de passivos como circulante ou não circulante*

Em janeiro de 2020, o IASB emitiu alterações nos parágrafos 69 a 76 do IAS 1, correlato ao CPC 26, de forma a especificar os requisitos para classificar o passivo como circulante ou não circulante. As alterações esclarecem:

- O que significa um direito de postergar a liquidação;
- Que o direito de postergar deve existir na data-base do relatório;
- Que essa classificação não é afetada pela probabilidade de uma entidade exercer seu direito de postergação; e
- Que somente se um derivativo embutido em um passivo conversível for em si um instrumento de capital próprio os termos de um passivo não afetariam sua classificação.

As alterações são válidas para períodos iniciados a partir de 1º de janeiro de 2023 e devem ser aplicadas retrospectivamente. Atualmente, a Companhia avalia o impacto que as alterações terão na prática atual e se os contratos de empréstimo existentes podem exigir renegociação.

*Alterações ao IAS 8: Definição de estimativas contábeis*

Em fevereiro de 2021, o IASB emitiu alterações ao IAS 8 (norma correlata ao CPC 23), no qual introduz a definição de 'estimativa contábeis'. As alterações esclarecem a distinção entre mudanças nas estimativas contábeis e mudanças nas políticas contábeis e correção de erros. Além disso, eles esclarecem como as entidades usam as técnicas de medição e inputs para desenvolver as estimativas contábeis.

## 5. Normas emitidas e interpretações--Continuação

### 5.1. Novas normas e interpretações--Continuação

Normas emitidas, mas ainda não vigentes--Continuação

*Alterações ao IAS 8: Definição de estimativas contábeis*--Continuação

As alterações serão vigentes para períodos iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2023 e aplicarão para mudanças nas políticas e estimativas contábeis que ocorrerem em, ou após, o início desse período. Adoção antecipada é permitida se divulgada.

Não se espera que as alterações tenham um impacto significativo nas demonstrações contábeis regulatórias da Companhia.

*Alterações ao IAS 1 e IFRS Practice Statement 2: Divulgação de políticas contábeis*

Em fevereiro de 2021, o IASB emitiu alterações ao IAS 1 (norma correlata ao CPC 26 (R1)) e IFRS Practice Statement 2 Making Materiality Judgements, no qual fornece guias e exemplos para ajudar entidades a aplicar o julgamento da materialidade para a divulgação de Políticas contábeis. As alterações são para ajudar as entidades a divulgarem políticas contábeis que são mais úteis ao substituir o requerimento para divulgação de políticas contábeis significativas para políticas contábeis materiais e adicionando guias para como as entidades devem aplicar o conceito de materialidade para tomar decisões sobre a divulgação das políticas contábeis.

As alterações ao IAS 1 são aplicáveis para períodos iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2023 com adoção antecipada permitida. Já que as alterações ao Practice Statement 2 fornece guias não obrigatórios na aplicação da definição de material para a informação das políticas contábeis, uma data para adoção desta alteração não é necessária.

As alterações serão vigentes para períodos iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2023 e aplicarão para mudanças nas políticas e estimativas contábeis que ocorrerem em, ou após, o início desse período. Adoção antecipada é permitida se divulgada.

A Companhia está atualmente avaliando os impactos dessas alterações nas políticas contábeis divulgadas.

## 6. Caixa e equivalentes de caixa

| | 2021 | 2020 |
|---|---|---|
| Caixa | **433** | - |
| Bancos | **614** | 130 |
| Aplicações financeiras (a) | **93.293** | 180.036 |
| | **94.340** | 180.166 |

(a) As aplicações estão representadas por fundos de investimento de renda fixa de curto prazo e de baixo risco, remunerados às taxas de juros projetadas para seguir principalmente à variação de 100,1% a 103% do Certificado de Depósito Interbancário (CDI). As aplicações financeiras são de curto prazo, de alta liquidez e prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa, estando sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor. As aplicações financeiras são registradas pelos valores de custo acrescidos dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços, que não excedem o seu valor justo.

## 7. Imobilizado e intangível

A composição do imobilizado é como segue:

| Imobilizado - R$ mil | Valor bruto em 31/12/2020 | Adições (A) | Baixas (B) | Transf. (C) | Valor bruto em 31/12/2021 | Adições líquidas = (A)-(B)+(C) | Depreciação acum. | Valor líquido em 31/12/2021 | Valor líquido em 31/12/2020 |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| **Ativo imobilizado em curso** | | | | | | | | | |
| **Transmissão** | | | | | | | | | |
| Terrenos/desapropriações | 3.788 | **10.094** | **-** | **-** | **13.882** | **10.094** | **-** | **13.882** | 3.788 |
| A Ratear | | | | | | | | | |
| Pessoal | 192 | **931** | **-** | **-** | **1.123** | **931** | **-** | **1.123** | 192 |
| Materiais | 1.360 | **145.891** | **-** | **-** | **147.251** | **145.891** | **-** | **147.251** | 1.360 |
| Serviços | 47.896 | **77.114** | **-** | **-** | **125.010** | **77.114** | **-** | **125.010** | 47.896 |
| Outros | 543 | **12.992** | **-** | **-** | **13.535** | **12.992** | **-** | **13.535** | 543 |
| Resultado financeiro | 3.323 | **-** | **(14.004)** | **-** | **(10.681)** | **(14.004)** | **-** | **(10.681)** | 3.323 |
| Adiantamento a fornecedores | 45.082 | **-** | **(26.423)** | **-** | **18.839** | **(26.243)** | **-** | **18.839** | 45.082 |
| Material em depósito | - | **-** | **-** | **-** | | | | | - |
| **Administração** | | | | | | | | | |
| Máquinas e equipamentos | - | | **-** | **-** | | | | | - |
| **Subtotal** | 102.184 | **247.022** | **(40.247)** | **-** | **308.959** | **206.775** | **-** | **308.959** | 102.184 |
| **Total do ativo imobilizado** | 102.184 | **247.022** | **(40.247)** | **-** | **308.959** | **206.775** | **-** | **308.959** | 102.184 |

| Imobilizado - R$ mil | Valor bruto em 31/12/2019 | Adições (A) | Baixas (B) | Transf. (C) | Valor bruto em 31/12/2020 | Adições líquidas = (A)-(B)+(C) | Depreciação acum. | Valor líquido em 31/12/2020 | Valor líquido em 31/12/2019 |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| **Ativo imobilizado em curso** | | | | | | | | | |
| **Transmissão** | | | | | | | | | |
| Terrenos/desapropriações | - | 3.788 | - | - | 3.788 | 3.788 | - | 3.788 | - |
| A Ratear | | | | | | | | | - |
| Pessoal | - | 192 | - | - | 192 | 192 | - | 192 | - |
| Materiais | - | 1.360 | - | - | 1.360 | 1.360 | - | 1.360 | 71 |
| Serviços | 71 | 47.825 | - | - | 47.896 | 47.825 | - | 47.896 | 389 |
| Outros | 389 | 154 | - | - | 543 | 154 | - | 543 | - |
| Resultado financeiro | - | 3.323 | - | - | 3.323 | 3.323 | - | 3.323 | - |
| Adiantamento a fornecedores | - | 50.026 | (4.944) | - | 45.082 | 45.082 | - | 45.082 | - |
| Material em depósito | - | - | - | - | - | - | - | | |
| **Administração** | | | | | | | | | |
| Máquinas e equipamentos | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| **Subtotal** | 460 | 106.668 | (4.944) | - | 102.184 | 101.724 | - | 102.184 | 460 |
| **Total do ativo imobilizado** | 460 | 106.668 | (4.944) | - | 102.184 | 101.724 | - | 102.184 | 460 |

## 7. **Imobilizado e intangível**--Continuação

A composição do intangível é como segue:

| Intangível - R$ mil | Valor bruto em 31/12/2020 | Adições (A) | Baixas (B) | Transf. (C) | Valor bruto em 31/12/2021 | Adições líquidas = (A)-(B)+(C) | Amortização acum. | Valor líquido em 31/12/2021 | Valor líquido em 31/12/2020 |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| **Ativo intangível em curso** | | | | | | | | | |
| Depósitos judiciais | 2.071 | **7.098** | **-** | **-** | **9.169** | **-** | **-** | **9.169** | 2.071 |
| **Subtotal** | 2.071 | **7.098** | **-** | **-** | **9.169** | **-** | **-** | **9.169** | 2.071 |
| **Total do intangível** | 2.071 | **7.098** | **-** | **-** | **9.169** | **-** | **-** | **9.169** | 2.071 |

| Intangível - R$ mil | Valor bruto em 31/12/2019 | Adições (A) | Baixas (B) | Transf. (C) | Valor bruto em 31/12/2020 | Adições líquidas = (A)-(B)+(C) | Amortização acum. | Valor líquido em 31/12/2020 | Valor líquido em 31/12/2019 |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| **Ativo intangível em curso** | | | | | | | | | |
| Depósitos judiciais | - | 2.071 | - | - | 2.071 | - | - | 2.071 | - |
| **Subtotal** | - | 2.071 | - | - | 2.071 | - | - | 2.071 | - |
| **Total do intangível** | - | 2.071 | - | - | 2.071 | - | - | 2.071 | - |

De acordo com os artigos 63 e 64 do Decreto no 41.019 de 26 de fevereiro de 1957, os bens e instalações utilizados na geração, transmissão, distribuição e comercialização de energia elétrica são vinculados a estes serviços, não podendo ser retirados, alienados, cedidos ou dados em garantia hipotecária sem a prévia e expressa autorização do Órgão Regulador. O ato normativo que regulamenta a desvinculação de bens das concessões do Serviço Público de Energia Elétrica, concede autorização prévia para desvinculação de bens inservíveis à concessão, quando destinados à alienação, determinando que o produto das alienações seja depositado em conta bancária vinculada para aplicação na concessão.

A Companhia não apresentou baixas no exercício findo em 31 de dezembro de 2021.

## 8. Impostos diferidos

| | 31/12/2021 | Movimentação | Total 31/12/2020 | Movimentação | Total 31/12/2019 |
|---|---|---|---|---|---|
| **Ativo/passivo** | | | | | |
| Prejuízo fiscal/Base negativa | **36.086** | **373** | 35.713 | 35.615 | 98 |
| **Total não circulante** | **36.086** | **373** | 35.713 | 35.615 | 98 |

| **Detalhamento do não circulante** | **31/12/2021** | **31/12/2020** |
|---|---|---|
| Ativo | **36.086** | 35.713 |
| Passivo | **-** | - |
| **Total ativo/passivo diferidos** | **36.086** | 35.713 |

A Companhia avalia que não há riscos de não recuperação dos saldos constituídos a título de imposto de renda e contribuição social diferidos, conforme estimativas existentes de lucros tributáveis futuros, a Companhia estima recuperar os ativos fiscais diferidos existentes conforme estimado abaixo:

| **Períodos** | **31/12/2021** |
|---|---|
| 2022 | **-** |
| 2023 | **4.246** |
| 2024 | **5.379** |
| 2025 | **5.820** |
| 2026 | **6.126** |
| 2027 até 2036 | **14.515** |
| **Total** | **36.086** |

## 9. Fornecedores

| | **2021** | **2020** |
|---|---|---|
| Materiais e serviços | **12.355** | 1.372 |
| Provisões (i) | **8.686** | 1.924 |
| | **21.041** | 3.296 |

(i) Referem-se substancialmente a provisão de serviços diretamente ligados ao projeto tais como construção e montagens e afins, adicionalmente a Companhia faz desapropriações para passagens das linhas de transmissão e servidões em geral, conjunto de ações necessárias para início das operações comerciais.

## 10. Partes relacionadas

A Administração identificou como partes relacionadas as suas acionistas, outras companhias ligadas aos mesmos acionistas, seus administradores, seus conselheiros e os demais membros do pessoal-chave da Administração e seus familiares, conforme definições contidas no Pronunciamento CPC 05 (R1) - Divulgações sobre partes relacionadas. As principais transações com partes relacionadas e seus efeitos estão descritos a seguir:

| | Passivo | |
|---|---|---|
| **Transações** | **31/12/2021** | **31/12/2020** |
| Cymi Construções e Participações (i) | **8.734** | 25.463 |
| Cymi do Brasil (i) | **4.828** | 1.713 |
| Cymi Tech (ii) | **3.236** | - |
| **Saldos em 31 de dezembro de 2021** | **16.798** | 27.176 |

(i) Saldo refere-se ao contrato de gerenciamento EPC (*Engineering, procurement and construction*) em sistema de *turn key* celebrado entre a Companhia e a Cymi Construções e Participações (atual denominação social da Cymimasa) e Cymi do Brasil.

(ii) Refere-se à CymiTech, empresa do grupo integradora de equipamentos de proteção, controle e telecomunicações e desenvolvimento de aplicações e soluções de engenharia

## 11. Empréstimos e financiamentos

a) Composição

| Instituições financeiras | Moeda | Vencimento | Taxa de juros contratual | 31/12/2021 | 31/12/2020 |
|---|---|---|---|---|---|
| Banco Itaú | BRL | 28/07/2021 | CDI + 1,15% a.a. | **-** | 100.755 |
| Banco Alfa | BRL | 02/07/2021 | CDI + 1,5% a.a. | **-** | 75.623 |
| Banco Societe Generali | BRL | 26/04/2021 | CDI + 1,65% a.a. | **-** | 76.925 |
| Intesa San Paolo | BRL | 23/04/2022 | CDI + 0,75% a.a. | **78.204** | - |
| Scotiabank (*) | USD | 20/04/2022 | 0,44% a.a. | **313.007** | - |
| **Total de empréstimos e financiamentos** | | | | **391.210** | 253.303 |
| Circulante | | | | **391.210** | 253.303 |
| Não circulante | | | | **-** | - |

(*) Esse empréstimo é denominado em dólar, e, juntamente com a contratação dos empréstimos, a Companhia contrata derivativos (Swap) para proteção cambial, conforme descrito na Nota 16.1.

## 11. Empréstimos e financiamentos--Continuação

b) Movimentação em 2021

| Instituições financeiras | Saldo em 31/12/2020 | Adições | Juros | Variação cambial | Amortização de principal | Amortização de juros | Saldo em 31/12/2021 |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| Itaú | 100.755 | **-** | **3.454** | **-** | **(100.000)** | **(4.209)** | **-** |
| Alfa | 75.623 | **-** | **807** | **-** | **(75.000)** | **(1.430)** | **-** |
| Société Generali | 76.925 | **-** | **874** | **-** | **(75.000)** | **(2.799)** | **-** |
| Intensa Sanpaolo | - | **75.000** | **3.204** | **-** | **-** | **-** | **78.204** |
| Scotiabank | - | **300.000** | **841** | **12.165** | **-** | **-** | **313.006** |
| **Total** | 253.303 | **375.000** | **9.180** | **12.165** | **(250.000)** | **(8.438)** | **391.210** |

*Banco Intesa Sanpaolo*

Em 23 de abril de 2021 a Companhia celebrou junto ao Banco Intesa Sanpaola a portabilidade de um contrato de Cédula de Crédito Bancário até o limite de 75.000, com data de vencimento em 26 de abril de 2022.

*Banco Scotiabank*

Em 20 de abril de 2021 a Companhia celebrou junto ao Banco Scotiabank um contrato de 4131 com *swap* até o limite de 300.000, com data de vencimento em 20 de abril de 2022.

c) Movimentação em 2020

| Instituições financeiras | Saldo em 31/12/2020 | Adições | Juros | Amortização | Saldo em 31/12/2021 |
|---|---|---|---|---|---|
| Itaú | - | **100.000** | **755** | **-** | **100.755** |
| Alfa | - | **75.000** | **623** | **-** | **75.623** |
| Société Generali | - | **75.000** | **1.925** | **-** | **76.925** |
| **Total** | - | **250.000** | **3.303** | **-** | **253.303** |

## 12. Patrimônio líquido

a) Capital social

Em 31 de dezembro de 2021 o capital social subscrito é de R$1.486.000, dividido em 1.486.000 ações ordinárias no valor nominal de R$1,00 cada.
O capital social da Companhia é composto como se segue:

| | 31/12/2021 | | | 31/12/2020 | | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| **Quotistas** | **Qnt. ações** | **%** | **Valor (em reais)** | **Qnt. ações** | **%** | **Valor (em reais)** |
| Cymi Construções e Participações S.A. | **743.000** | **50,00%** | **743.000** | 743.000 | 50,00% | 743.000 |
| Brasil Energia Fundo de Investimentos em Participações Multiestratégia | **743.000** | **50,00%** | **743.000** | 743.000 | 50,00% | 743.000 |
| Total | **1.486.000** | **100%** | **1.486.000** | 1.486.000 | 100% | 1.486.000 |

b) Política de dividendos

Aos acionistas é garantido estatutariamente um dividendo mínimo obrigatório de 25% do lucro líquido após a destinação para reserva legal, calculado nos termos do artigo 202 da Lei nº 6.404/76.

| | 31/12/2021 | 31/12/2020 |
|---|---|---|
| Lucro líquido societário do exercício | **11.616** | 21.582 |
| (-) Reserva legal | **-** | (297) |
| Lucro ajustado | **11.616** | 21.285 |
| Dividendos mínimos obrigatórios | **2.904** | 5.321 |

c) Reserva legal

A reserva legal é constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício nos termos do art. 193 da Lei 6.404/76, até o limite de 20% do capital social. Em 31 de dezembro de 2021 a reserva legal já representa 20% do capital social, não sendo necessária assim a sua constituição.

d) Reserva de lucros a realizar

A Reserva de Lucros a Realizar, constituída em anos anteriores, em vez de ser revertida para Lucros Acumulados, a partir da alteração da Lei nº 6.404/76 pela Lei nº 10.303/01, passa a ser revertida diretamente para a conta de dividendos a pagar do passivo, quando tiver os lucros nela contidos realizados financeiramente.

## 13. Custos

| | 31/12/2021 | 31/12/2020 |
|---|---|---|
| Pessoal | **(891)** | (144) |
| Material | **(2)** | (2) |
| Serviços de terceiros (i) | **(168)** | (456) |
| Aluguéis | **(32)** | (25) |
| Outras despesas | **(2)** | (73) |
| | **(1.095)** | (700) |

(i) Refere-se substancialmente a serviços de Operação e Manutenção, serviços de assessoria jurídica, assessoria contábil e serviços de telecomunicação.

## 14. Instrumentos financeiros

Esta nota apresenta informações sobre a exposição da Companhia a cada um dos riscos a seguir mencionados, os objetivos da Companhia, os gerenciamentos de risco exercidos pela Companhia.

a) Gerenciamento de riscos

Visão geral a Companhia apresenta exposição aos seguintes riscos advindos do uso de instrumentos financeiros:

(a) Risco de crédito.

(b) Risco de mercado.

(c) Risco de liquidez.

Estrutura de gerenciamento de risco - o gerenciamento de risco da Companhia visa identificar e analisar os riscos aos quais está exposta, para definir limites e controles de riscos apropriados e para monitorar riscos e aderência aos limites. A Companhia, por meio do gerenciamento de suas atividades, objetiva desenvolver um ambiente de controle disciplinado e construtivo, no qual todos os empregados entendam os seus papéis e obrigações.

A Administração acompanha o cumprimento do desenvolvimento de suas atividades de controle de riscos e revisa a adequação da estrutura de gerenciamento de risco em relação aos riscos enfrentados pela Companhia.

O gerenciamento de riscos é feito com base também no nível e no contexto dos grupos de controle dos acionistas da Companhia.

## 14. Instrumentos financeiros--Continuação

a) Gerenciamento de riscos--Continuação

i) *Riscos de crédito*

É o risco de a Companhia incorrer em perdas decorrentes de um cliente ou de uma contraparte em um instrumento financeiro, oriundas da falha destes em cumprir com suas obrigações contratuais. O risco é basicamente proveniente das contas a receber de clientes, ativo financeiro e de instrumentos financeiros, conforme apresentado a seguir:

| | 31/12/2021 | 31/12/2020 |
|---|---|---|
| **Ativos financeiros** | | |
| Caixa e equivalentes de caixa (Nota 6) | **94.340** | 180.166 |
| | **94.340** | 180.166 |

Caixa e equivalentes de caixa - representado pelas contas correntes e aplicações financeiras de primeira linha, o que mitiga o risco que a contraparte falhe ao cumprir com suas obrigações.

ii) *Risco de mercado*

A utilização de instrumentos financeiros, pela Companhia, tem como objetivo proteger seus ativos e passivos, minimizando a exposição a riscos de mercado, principalmente no que diz respeito às oscilações de taxas de juros, índices de preços e moedas.

Risco de taxa de juros - refere-se aos impactos nas taxas de juros variáveis sobre as receitas financeiras oriundas das aplicações financeiras.

Em 31 de dezembro de 2021, o perfil dos instrumentos financeiros relevantes remunerados por juros variáveis da Companhia era:

| Instrumentos financeiros por indexador | 31/12/2021 | 31/12/2020 |
|---|---|---|
| **Aplicações financeiras** | | |
| Aplicações financeiras equivalentes de caixa (CDI) | **93.293** | 180.036 |
| Instrumentos financeiros derivativos (CDI e USD) | **16.260** | - |
| **Passivos financeiros** | | |
| Financiamento (CDI e USD) | **391.210** | 253.303 |

## 14. Instrumentos financeiros--Continuação

a) Gerenciamento de riscos--Continuação

iii) *Riscos de liquidez*

Risco de liquidez é o risco em que a Companhia irá encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro.

A abordagem da Companhia na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Companhia.

A seguir, estão os vencimentos contratuais de passivo financeiro remanescentes em 31 de dezembro de 2021. Os valores apresentados são brutos e não descontados, e incluem pagamentos de juros estimados e excluem o impacto dos acordos de compensação.

| | | Fluxo de caixas contratuais | | |
|---|---|---|---|---|
| | **Valor contábil** | **Até 12 meses** | **Entre 2 e 3 anos** | **Acima de 3 anos** |
| Fornecedores | **12.355** | **12.355** | **-** | **-** |
| Financiamentos | **391.210** | **391.210** | **-** | **-** |
| Total | **403.565** | **403.565** | **-** | **-** |

b) Categorias de instrumentos financeiros

| **Ativos financeiros** | **Categoria** |
|---|---|
| Bancos | Custo amortizado |
| Aplicações financeiras | Valor justo por meio de resultado |
| Instrumentos financeiros | Valor justo por meio de resultado |
| **Passivos financeiros** | **Categoria** |
| Fornecedores | Custo amortizado |
| Empréstimos e financiamento | Custo amortizado |

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, o valor de mercado dos ativos e passivos financeiros acima se aproxima do valor contábil.

## 14. Instrumentos financeiros--Continuação

b) Categorias de instrumentos financeiros--Continuação

*Classificações contábeis e valores justos*

No que tange ao cálculo dos valores justos, para os principais saldos sujeitos a variações entre os valores contábeis e valores justos, consideramos:

- Caixa equivalentes de caixa - contas correntes conforme posição dos extratos bancários e aplicações financeiras valorizadas pela taxa do CDI até a data da apresentação das demonstrações financeiras.
- Fornecedores - a Administração considera que os saldos contábeis se aproximam dos seus valores justos.
- Empréstimos e financiamentos - a Companhia considera que os valores justos para os financiamentos existentes no exercício são considerados próximos aos saldos contábeis, uma vez que não existem instrumentos similares, com vencimentos e taxa de juros comparáveis.

c) Hierarquia do valor justo

Os ativos e passivos financeiros registrados a valor justo foram classificados e divulgados com os níveis a seguir:

- Nível 1 - preços cotados não ajustados em mercados ativos para ativos e passivos e idênticos.
- Nível 2 - *inputs*, exceto preços cotados, incluídos no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo (diretamente preços ou indiretamente derivado de preços).
- Nível 3 - premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (*inputs* não observáveis).

A Companhia usa a seguinte hierarquia para determinar e divulgar o valor justo dos instrumentos financeiros pela técnica de avaliação:

| | 31/12/2021 | | | |
|---|---|---|---|---|
| **Descritivo** | **Nivel 1** | **Nivel 2** | **Nivel 3** | **Total** |
| Aplicações financeiras | **-** | **93.293** | **-** | **93.293** |
| Instrumentos financeiros | **-** | **16.260** | **-** | **16.260** |
| **Total** | **-** | **109.553** | **-** | **109.553** |

## 14. Instrumentos financeiros--Continuação

d) Instrumentos financeiros derivativos

Conforme citado anteriormente, a Companhia toma empréstimos em moeda estrangeira e celebra contratos de SWAP, para efetuar a troca de exposição ao Dólar mais spread por uma taxa pré-fixada em Reais. Esses derivativos não são designados como *hedges*, sendo celebrados por períodos consistentes com as exposições da transação em moeda. Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, a Companhia possuía os seguintes derivativos em aberto:

| | | | Valor de referência (*notional*) - R$ | | Valor justo ativo (R$) | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| **Derivativo** | **Data da contratação** | **Data de vencimento** | **2021** | **2020** | **2021** | **2020** |
| Swap Scotiabank | 09/04/2021 | 20/04/2022 | **300.000** | - | **16.260** | - |
| | | | **300.000** | - | **16.260** | - |

## 15. Nota conciliatória - Contabilidade Societária e Regulatória

Para fins estatutários, a Companhia seguiu as práticas contábeis vigentes na legislação societária para a contabilização e elaboração das demonstrações financeiras societárias, sendo que para fins regulatórios, a Companhia seguiu a regulamentação regulatória, determinada pelo Órgão Regulador apresentada no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico - MCSE, aprovado pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL por meio da Resolução Normativa n° 605, de 11 de março de 2014. Desta forma, uma vez que há diferenças entre as práticas societárias e regulatórias, faz-se necessária a apresentação da reconciliação das informações apresentadas nas demonstrações financeiras societárias com as apresentadas nas demonstrações contábeis regulatórias.

## 15. Nota conciliatória - Contabilidade Societária e Regulatória--Continuação

**Balanço patrimonial**
**Em 31 de dezembro de 2021**
**(Em milhares de reais)**

| | 2021 | | | 2020 | | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| | **Regulatório** | **Ajustes** | **Societário** | **Regulatório** | **Ajustes** | **Societário** |
| **Ativo** | | | | | | |
| **Circulante** | | | | | | |
| Caixa e equivalentes de caixa | **94.340** | **-** | **94.340** | 180.166 | - | 180.166 |
| Impostos a recuperar | **1.370** | **-** | **1.370** | 125 | - | 125 |
| Instrumentos derivativos | **16.260** | **-** | **16.260** | - | - | - |
| Outros ativos circulantes | **123** | **-** | **123** | 197 | - | 197 |
| **Total do ativo circulante** | **112.093** | **-** | **112.093** | 180.488 | - | 180.488 |
| **Não circulante** | | | | | | |
| IRPJ e CSLL diferidos | **36.086** | **(36.086)** | **-** | 35.713 | (35.713) | - |
| Outros ativos não circulantes | **257** | **-** | **257** | 358 | - | 358 |
| Ativo de contrato | **-** | **407.879** | **407.879** | - | 151.591 | 151.591 |
| Imobilizado | **308.959** | **(308.959)** | **-** | 102.184 | (102.184) | - |
| Intangível | **9.169** | **(9.169)** | **-** | 2.071 | (2.071) | - |
| **Total do ativo não circulante** | **354.471** | **53.665** | **408.136** | 140.326 | 11.623 | 151.949 |
| **Total do ativo** | **466.564** | **53.665** | **520.229** | 320.814 | 11.623 | 332.437 |
| **Passivo** | | | | | | |
| **Circulante** | | | | | | |
| Fornecedores | **21.041** | **-** | **21.041** | 3.296 | - | 3.296 |
| Empréstimos e financiamentos | **391.210** | **-** | **391.210** | 253.303 | - | 253.303 |
| Impostos a recolher | **640** | **-** | **640** | 196 | - | 196 |
| Partes relacionadas | **16.798** | **-** | **16.798** | 27.176 | - | 27.176 |
| Dividendos | **8.225** | **-** | **8.225** | 5.321 | - | 5.321 |
| Instrumentos derivativos | **-** | **-** | **-** | 528 | - | 528 |
| Outas obrigações | **599** | **-** | **599** | - | - | - |
| **Total do passivo circulante** | **438.513** | **-** | **438.513** | 289.820 | - | 289.820 |
| **Não circulante** | | | | | | |
| IRPJ e CSLL diferido | **-** | **16.836** | **16.836** | - | 10.852 | 10.852 |
| Pis e Cofins diferidos | **-** | **37.728** | **37.728** | - | 14.011 | 14.011 |
| Outras obrigações | **791** | **-** | **791** | 105 | - | 105 |
| **Total do passivo não circulante** | **791** | **54.564** | **55.355** | 105 | 24.863 | 24.968 |
| **Patrimônio líquido** | | | | | | |
| Capital social | **1.486** | **-** | **1.486** | 1.486 | - | 1.486 |
| Reserva de lucros | **24.875** | **-** | **24.875** | 16.163 | - | 16.163 |
| Lucros acumulados | **899** | **(899)** | **-** | 13.240 | (13.240) | - |
| **Total do patrimônio líquido** | **27.260** | **(899)** | **26.361** | 30.889 | (13.240) | 17.649 |
| **Total do passivo e patrimônio líquido** | **466.564** | **53.665** | **520.229** | 320.814 | 11.623 | 332.437 |

## 15. Nota conciliatória - Contabilidade Societária e Regulatória--Continuação

**Demonstrações do resultado**
**Em 31 de dezembro de 2021**
**(Em milhares de reais)**

| | 2021 | | | 2020 | | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| | **Regulatório** | **Ajustes** | **Societário** | **Regulatório** | **Ajustes** | **Societário** |
| **Operações em continuidade** | | | | | | |
| Receita de construção - Ativo de contrato | **-** | **228.247** | **228.247** | - | 144.283 | 144.283 |
| Remuneração de ativo de contrato | **-** | **28.041** | **28.041** | - | 6.646 | 6.646 |
| | **-** | **256.288** | **256.288** | - | 150.929 | 150.929 |
| **Deduções da receita operacional** | | | | | | |
| Pis e Cofins | **-** | **(23.717)** | **(23.717)** | - | (13.950) | (13.950) |
| | **-** | **(23.717)** | **(23.717)** | - | (13.950) | (13.950) |
| **Receita líquida operacional** | **-** | **232.571** | **232.571** | - | 136.979 | 136.979 |
| **Custos e despesas** | | | | | | |
| Custo de construção | **-** | **(201.397)** | **(201.397)** | - | (101.086) | (101.086) |
| Pessoal | **(891)** | **-** | **(891)** | (144) | - | (144) |
| Material | **(2)** | **-** | **(2)** | (2) | - | (2) |
| Serviços de terceiros | **(168)** | **-** | **(168)** | (456) | - | (456) |
| Aluguéis | **(32)** | **-** | **(32)** | (25) | - | (25) |
| Outras despesas | **(2)** | **-** | **(2)** | (73) | - | (73) |
| | **(1.095)** | **(201.397)** | **(202.492)** | (700) | (101.086) | (101.786) |
| **Resultado da atividade** | **(1.095)** | **31.174** | **30.079** | (700) | 35.893 | 35.193 |
| **Resultado financeiro** | | | | | | |
| Receitas financeiras | **-** | **8.870** | **8.870** | - | 1.897 | 1.897 |
| Despesas financeiras | **(3)** | **(21.346)** | **(21.349)** | - | (4.605) | (4.605) |
| | **(3)** | **(12.476)** | **(12.479)** | - | (2.708) | (2.708) |
| **Resultado antes dos impostos** | **(1.098)** | **18.698** | **17.600** | (700) | 33.185 | 32.485 |
| Tributos diferidos | **373** | **(6.357)** | **(5.984)** | 35.615 | (46.518) | (10.903) |
| **Resultado do exercício** | **(725)** | **12.341** | **11.616** | 34.915 | (13.333) | 21.582 |

Ativo de contrato

Os Contratos de Concessão de Serviços Públicos de Energia Elétrica celebrados entre a União (Poder Concedente - Outorgante) e a Companhia regulamentam a exploração dos serviços públicos de transmissão pela Companhia.

De acordo com o contrato de concessão, a Companhia é responsável por transportar a energia dos centros de geração até os pontos de distribuição. Para cumprir essa responsabilidade, a Companhia possui duas obrigações de desempenho distintas: (i) construir e (ii) manter e operar a infraestrutura de transmissão.

## 15. Nota conciliatória - Contabilidade Societária e Regulatória--Continuação

Ativo de contrato--Continuação

Ao cumprir essas duas obrigações de desempenho, a Companhia mantém sua infraestrutura de transmissão disponível para os usuários e em contrapartida recebe uma remuneração denominada RAP, durante toda a vigência do contrato de concessão. Estes recebimentos amortizam os investimentos feitos nessa infraestrutura de transmissão. Eventuais investimentos não amortizados geram o direito de indenização do Poder Concedente (quando previsto no contrato de concessão), que recebe toda a infraestrutura de transmissão ao final do contrato de concessão.

Para fins de demonstração financeira societária ressaltamos que com a entrada em vigor em 1º de janeiro de 2018 do CPC 47/IFRS 15, o direito à contraprestação por bens e serviços condicionado ao cumprimento de obrigações de desempenho e não somente a passagem do tempo enquadram a Companhia nessa norma. Com isso, as contraprestações passaram a ser classificadas como um “Ativo de Contrato”. As receitas relativas à infraestrutura de transmissão passam ser mensuradas da seguinte forma:

(i) Reconhecimento de receita de construção, tendo por base a parcela da RAP destinada ao investimento do ativo, que considera a margem de construção de acordo com as projeções iniciais do projeto. Toda a margem de construção é reconhecida durante a obra e variações positivas ou negativas do custo de construção são alocadas imediatamente ao resultado, no momento que incorridas. Para estimativa referente a Receita de Construção, a Companhia utilizou um modelo que apura o custo de financiar o cliente (no caso, o poder concedente). A taxa de desconto para o valor presente líquido da margem de construção (e de operação) é definida no momento inicial do projeto e não sofre alterações posteriores, sendo apurada de acordo com o risco de crédito do cliente e prazo de financiamento.

(ii) Reconhecimento da receita de operação e manutenção, considerando uma margem sobre os custos incorridos para cumprimento das obrigações de performance de operação e manutenção previstas no contrato de concessão, após o término da fase de construção.

(iii) Reconhecimento de receita de remuneração sobre o ativo de contrato reconhecido, registra-se também uma receita de remuneração financeira, a partir da entrada em operação, sob a rubrica Remuneração do ativo de contrato, utilizando a taxa de desconto definida no início de cada projeto.

## 15. Nota conciliatória - Contabilidade Societária e Regulatória--Continuação

Ativo de contrato--Continuação

A infraestrutura recebida ou construída da atividade de transmissão é recuperada por meio do fluxo de caixa descritos a seguir:

- Parte por meio de valores a receber garantidos pelo poder concedente relativa à RAP durante o prazo da concessão. Os valores da RAP são determinados pelo Operador Nacional do Setor Elétrico ("ONS") conforme contrato de concessão e recebidos dos participantes do setor elétrico por ela designados pelo uso da rede de transmissão disponibilizada.

Imobilizado e intangível

Considerando que para fins regulatórios deverá ser adotada a estrutura vigente no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico, onde todos os investimentos realizados nas construções das linhas de transmissão são registrados como ativo imobilizado/intangível, todos os efeitos decorrentes da aplicação do CPC 47/IFRS15 foram eliminados nas Demonstrações Contábeis Regulatórias, incluindo os impactos fiscais correspondentes.

Com a adoção do CPC 47/IFRS15 nas Demonstrações Financeiras Societárias, o ativo imobilizado/intangível da Companhia foi reconhecido como ativo de contrato, vide nota de ajuste 21. Para fins regulatórios deverá ser adotada a estrutura vigente no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico, ou seja, como ativo imobilizado e/ou intangível.

Impostos diferidos e correntes

Conforme detalhado na nota de ajuste 22, os efeitos decorrentes da aplicação do CPC 47/IFRS15 foram eliminados nas Demonstrações Contábeis Regulatórias, incluindo os impactos fiscais correspondentes. Essa rubrica é composta pelo pis e cofins diferidos e IRPJ e CSLL diferidos e efeitos do imposto corrente sobre a Rap.

Patrimônio líquido

| | 31/12/2021 | 31/12/2020 |
|---|---|---|
| Patrimônio líquido societário | **26.361** | 17.649 |
| Efeitos dos ajustes entre a contabilidade societária versus regulatória | | |
| Ativo de contrato | **(407.879)** | (151.591) |
| Imobilizado e intangível | **318.128** | 104.255 |
| impostos diferidos | **90.650** | 60.576 |
| Patrimônio líquido regulatório | **27.260** | 30.889 |

## 15. Nota conciliatória - Contabilidade Societária e Regulatória--Continuação

Patrimônio líquido--Continuação

O efeito positivo acima demonstrado é decorrente da diferença entre a contabilidade societária x regulatória, decorrente da aplicação do CPC 47/IFRS15 líquido de impostos, reconhecido para fins societário e eliminado nas demonstrações contábeis regulatórias.

Receita e custo de construção

Para fins regulatórios, foram ajustados os valores reconhecidos no exercício referente às receitas de construção e indenização e remuneração do ativo de contrato, quando aplicável, decorrentes da aplicação do CPC 47/IFRS15. A receita para fins regulatórios é registrada na rubrica de receita de disponibilização do sistema de transmissão na fase de operação e os efeitos do CPC 47/IFRS15 são desconsiderados.

A composição dos ajustes líquidos produzidos pela aplicação do CPC 47/IFRS15 está demonstrada a seguir:

| | 2021 | | | 2020 | | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| | **Regulatório** | **Ajustes** | **Societário** | **Regulatório** | **Ajustes** | **Societário** |
| **Receita operacional bruta** | | | | | | |
| Receita anual permitida - RAP | **-** | **-** | **-** | - | - | - |
| Receita de Construção - Ativo de Contrato | **-** | **228.247** | **228.247** | - | 144.283 | 144.283 |
| Remuneração do Ativo de Contrato | **-** | **28.041** | **28.041** | - | 6.646 | 6.646 |
| Outras receitas | **-** | **-** | **-** | - | - | - |
| | **-** | **256.288** | **256.288** | - | 150.929 | 150.929 |
| **Deduções da receita operacional** | | | | | | |
| PIS e Cofins | **-** | **(23.717)** | **(23.717)** | - | (13.950) | (13.950) |
| P&D, FNDCT e MME | **-** | **-** | **-** | - | - | - |
| **Receita operacional liquida** | **-** | **232.571** | **232.571** | - | 136.979 | 136.979 |
| **Custo de Construção** | **-** | **(201.397)** | **(201.397)** | - | (101.086) | (101.086) |

Lucro/prejuízo líquido

| | **31/12/2021** | **31/12/2020** |
|---|---|---|
| **Lucros dos exercícios societários** | **11.616** | 21.582 |
| **Efeitos dos ajustes entre a contabilidade societária versus regulatória** | | |
| Receita | **(256.288)** | (150.929) |
| PIS/Cofins | **23.717** | 13.950 |
| Custo de Construção | **201.397** | 101.086 |
| Despesa de depreciação | **-** | - |
| Resultado financeiro | **12.476** | 2.708 |
| IR/CS diferidos e correntes | **6.357** | 46.518 |
| **Lucro do exercício regulatório** | **(725)** | 34.915 |

## 15. Nota conciliatória - Contabilidade Societária e Regulatória--Continuação

Atualização do ativo de contrato da concessão, Receita de Construção ativo de contrato CPC 47/IFRS15

Para fins regulatórios, foram ajustados os valores reconhecidos no exercício referente às receitas de construção e remuneração do ativo de contrato, decorrentes da aplicação do CPC 47/IFRS15. A receita para fins regulatórios é registrada na rubrica de receita de disponibilização do sistema de transmissão eliminando assim os efeitos do CPC 47/IFRS15.

Deduções da receita, PIS e Cofins diferidos

Todos os efeitos decorrentes da aplicação do CPC 47/IFRS15 foram eliminados nas demonstrações contábeis regulatórias incluindo os impactos fiscais reconhecidos sobre as diferenças temporárias oriundas da aplicação desta interpretação.

Custos de construção

Todos os efeitos decorrentes da aplicação do CPC 47/IFRS15 foram eliminados nas demonstrações contábeis regulatórias.

Resultado financeiro

Os efeitos do pronunciamento técnico CPC 20, que diz que os custos dos empréstimos não são elegíveis de capitalização foram eliminados nas demonstrações contábeis regulatórias.

Imposto de renda e contribuição social diferidos e correntes

Todos os efeitos decorrentes da aplicação do CPC 47/IFRS15 foram eliminados nas demonstrações contábeis regulatórias incluindo os impactos fiscais reconhecidos sobre as diferenças temporárias oriundas da aplicação desta interpretação.

## 16. Seguros

A Companhia tem a política de manter cobertura de seguros em montante adequado para cobrir possíveis riscos com sinistros, segundo a avaliação da Administração.

A especificação em 31 de dezembro de 2021 por modalidade de risco e data de vigência dos principais seguros, de acordo com os corretores de seguros contratados pela Companhia está demonstrado a seguir:

## 16. **Seguros**--Continuação

| Riscos | Data vigência | Importância segurada (R$ mil) | Prêmio (R$ mil) |
|---|---|---|---|
| Risco de Engenharia | 15/07/2020 a 01/07/2022 | 637.052 | 261 |
| Risco de Responsabilidade Civil Geral | 15/07/2020 a 01/07/2022 | 637.052 | 29 |

## 17. Contingências

A Companhia é parte em demandas cíveis em andamento na esfera administrativa e judicial. As provisões para as perdas decorrentes dessas demandas são estimadas e atualizadas pela Companhia, amparada pela opinião de seus assessores jurídicos externos que não identificaram contingências passivas com prognóstico provável de perda. E processos judiciais com prognósticos de perda possível imateriais. No ano de 2021 a Companhia era parte no processo Cível nº 5004942-02.2021.8.24.0069, cuja probabilidade de perda foi classificada como possível num montante de R$14, sendo ela a única e principal causa, cujo objeto é indenização por suposto descumprimento contratual.